

# MODELO DE CONTRATO DE PARCERIA ENTRE ADVOGADOS

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | julho 2, 2024  
Contrato entre profissionais Liberais.

ADVOGADO (A): NOME, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, Advogado (a) regularmente registrado, com endereço em RUA, Nº– bairro...., Cep.... Belo Horizonte MG. inscrito pelo RG.... OAB Nº... MG, Telefone Fixo... WhatsApp/Telegram...., correio eletrônico...

ADVOGADO (A): NOME, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, Advogado (a) regularmente registrado, com endereço em RUA, Nº– bairro...., Cep.... Belo Horizonte MG. inscrito pelo RG.... OAB Nº... MG, Telefone Fixo... WhatsApp/Telegram...., correio eletrônico... , firma por este instrumento parceria profissional pelas cláusulas seguinte.

## OBJETO DO CONTRATO

Cláusula primeira – Este instrumento tem por objeto a integração dos advogados (as) na condição de parceiros profissionais liberais, do qual vem regular a atuação entre os contratantes.

Cláusula segunda – As partes estão comprometidas pelo Princípio da Boa Fé, firmando ainda compromisso em desempenhar com zelo, colaboração e proatividade as atividades objeto sob este contrato, atuando conjuntamente com ética em defesa das demandas e partilhando entre si os frutos oriundos dos trabalhos desenvolvidos conforme firmado.

Parágrafo único – Nas demandas judiciais e extrajudiciais, entre pessoas naturais ou jurídicas, há prevalência e indução para firmar acordos, observando os interesses lícitos e possíveis dos clientes.

## DOS COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Clausula terceira – Este instrumento firmado não configura nenhuma relação de vínculo empregatício, vedado qualquer tipo de subordinação ou coordenação de quaisquer das partes, que desenvolverão suas atividades com independência e coerência profissional, salvo quando as partes por livre iniciativa, havendo necessidades e por escrito, organizar responsabilidades específicas.

Parágrafo Primeiro – Vigora neste contrato os efeitos do artigo 39 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e OAB, podendo o advogado parceiro participar de uma ou mais sociedade de advocacia ou firmar parceria com outros advogados, mantendo sua autonomia profissional, sem subordinação ou controle de jornada.

Parágrafo Segundo – Os contratos de associação, sócio, CLT ou de parceria estranhos a este, firmado com outros, deverão ser informados para que não configure concorrência simples ou desleal aos demais parceiros ou conflitos de interesses.

Cláusula Quarta – Competirá aos contratantes atender aos clientes com zelo e profissionalismo, sem primazia de valores próprios, em conjunto ou não, oferecendo a melhor solução técnica aos casos concretos, propondo as ações cabíveis e conduzindo na defesa dos direitos dos constituintes.

Cláusula Quinta – As atividades desenvolvidas e o ambiente de trabalho deverão ser devidamente bem organizadas, observando ainda as seguintes formas e operações procedimentais (POP):

- a) Organização conjunta e por escrito das formas de obtenção de cliente;
- b) Investidas para fechamento de contratos;
- c) Avaliação minuciosa dos casos e análises dos documentos;
- d) Tabela e honorários e formas de pagamentos;
- e) Aprimorar técnicas de trabalho e majoração de lucros por

meios de técnicas novas e treinamentos;

f) Buscar por benefícios para os membros;

g) Ampliar o alcance da cobertura;

h) Utilizar -se de todos meios tecnológicos disponíveis;

i) Traçar metas e objetivos mensalmente, semestralmente e anualmente, dentre outras.

Parágrafo Primeiro – A realização de todas as peças processuais, recursos, cumprimento de prazos e acompanhamento processual, serão realizados por quaisquer dos parceiros, preferencialmente pelo titular da peça inicial.

Parágrafo Segundo – Todas as peças e teses serão elaboradas conforme disponibilidade e com a correição dos demais quando necessitar, inclusive na contratação de correspondentes para diligências e atos judiciais e extrajudiciais.

## DOS HONORÁRIOS

Clausula Sexta – Os honorários iniciais, de êxito e sucumbenciais advindo dos contratos celebrados com clientes terão as seguintes distribuições:

a) O montante dos honorários deverá ser dividido igualmente entre o número de parceiros atuantes no processo.

b) As partes indicarão conta bancária para depósito ou pagamento dos honorários pelos clientes vencidos e vencedores.

Parágrafo Primeiro – Todos os valores e tarefas deverão ser lançados em planilha, inclusive tributações e taxas quando houver, havendo prestação de contas e resultados mensalmente.

Parágrafo Segundo – Fica estabelecido que se uma das partes receber individualmente quaisquer valores pelos clientes deverá comunicar e efetuar imediatamente o repasse para os demais parceiros, sobrelevando-se o tempo necessários para

eventual compensação de cheque ou constatação de transferência.

#### DOS EFEITOS DO CONTRATO

Cláusula Sétima – O presente contrato vigora por prazo indeterminado, podendo ser reincidento a qualquer tempo por quaisquer das partes, mediante prévia comunicação por escrito aos demais, por período mínimo de 30 dias.

Parágrafo primeiro – Havendo rescisão do contrato, subsistirá para todos os efeitos as obrigações e frutos recíprocos relativas as demandas em andamento.

#### DO FORO

Cláusula Oitava – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte – MG, para dirimir quaisquer divergências, pendências ou litígios decorrentes dos efeitos deste contrato.

Parágrafo único – Havendo quaisquer das hipóteses previstas na cláusula oitava, as partes deverão priorizar a solução pacífica, harmoniosa, urbana e técnica, sem gerar prejuízos a outra parte ou terceiros, podendo ainda autorizar a participação de terceiros com capacidade técnica correspondente.

Por estarem ajustados de livre e comum acordo, firma o presente instrumento, assinado pelas as partes em 03 vias de igual teor, para que se produza todos os seus efeitos a partir desta data.

Advogado (a). OAB

---

Testemunha

\_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

SALVADOR - BA

## **FAQ – Contrato de Parceria entre Advogados**

### **O que é um contrato de parceria entre advogados?**

É um acordo formal firmado entre dois ou mais advogados, ou entre [advogados](#) e escritórios de advocacia, para colaboração mútua em casos jurídicos, compartilhamento de tarefas, divisão de honorários e atuação conjunta em processos, sem que haja vínculo empregatício entre as partes.

### **Para que serve o contrato de parceria entre advogados?**

O contrato serve para detalhar as condições da parceria, definir responsabilidades, garantir transparência na divisão de honorários, estabelecer regras de atuação, evitar conflitos e assegurar segurança jurídica para ambos os profissionais.

### **O contrato de parceria entre advogados gera vínculo empregatício?**

Não. O contrato de parceria entre advogados não caracteriza vínculo empregatício, pois não há subordinação, pessoalidade ou habitualidade típicas da relação de emprego. Cada advogado mantém sua autonomia profissional.

### **Quais informações devem constar no**

# **contrato de parceria entre advogados?**

O contrato deve conter:

- Identificação completa das partes;
- Objeto da parceria (descrição dos serviços e casos em que atuarão juntos);
- Responsabilidades e obrigações de cada advogado;
- Critérios para divisão de honorários e despesas;
- Cláusula de confidencialidade e sigilo profissional;
- Prazo de vigência e condições de rescisão;
- Foro para resolução de eventuais conflitos.

## **Como deve ser feita a divisão de honorários?**

A divisão de honorários deve ser previamente acordada e detalhada no contrato, podendo ser proporcional ao trabalho realizado por cada [advogado](#) ou conforme percentual negociado entre as partes.

## **É necessário informar o cliente sobre a parceria?**

Sim. O cliente deve ser informado sobre a atuação conjunta dos advogados, especialmente sobre a divisão de tarefas e honorários, conforme determina o Código de Ética e Disciplina da OAB.

## **O contrato pode prever exclusividade?**

Sim, se desejado pelas partes, pode ser inserida uma cláusula de exclusividade, impedindo que os advogados firmem parcerias semelhantes com terceiros em determinados casos ou áreas durante a vigência do contrato.

## **O contrato precisa ser registrado em cartório ou na OAB?**

Não há exigência legal de registro em cartório ou na OAB para validade do contrato de parceria entre advogados, mas a formalização por escrito é essencial para garantir segurança jurídica.

## **Como ocorre a rescisão do contrato de parceria?**

O contrato deve prever as situações em que pode ser rescindido, como término do prazo, vontade de uma das partes (com aviso prévio), descumprimento de cláusulas ou outros motivos acordados. Recomenda-se estipular um prazo de aviso prévio e regras para finalização dos trabalhos em andamento.

## **O contrato pode conter cláusula de confidencialidade?**

Sim. É importante incluir cláusula de confidencialidade para proteger informações dos clientes, processos e estratégias, em respeito ao sigilo profissional previsto na legislação.

## **Preciso de advogado para redigir um contrato de parceria entre advogados?**

Não é obrigatório, mas é altamente recomendável consultar um advogado especializado para garantir que o contrato esteja em conformidade com as normas da OAB e a legislação vigente, além de atender às necessidades específicas das partes.

## **Por que é importante formalizar a parceria por escrito?**

A formalização por escrito previne conflitos, esclarece direitos e deveres, serve como prova em caso de

desentendimentos e garante maior segurança para ambas as partes durante a execução da parceria.

---